

## ENTRE A MEMÓRIA E O SILÊNCIO: A EXPERIÊNCIA ESCOLAR DE CRIANÇAS HAITIANAS EM CONTEXTOS DE DESLOCAMENTO

Maxo St Victor<sup>1</sup>

Vera Lucia Martiniak<sup>2</sup>

### RESUMO

Este artigo investiga o percurso escolar de crianças haitianas em contextos de deslocamento forçado, com foco nas relações entre memória, silêncio e subjetividade. O estudo parte da constatação de que, diante de crises sociais, políticas e ambientais recorrentes no Haiti, inúmeras famílias se veem obrigadas a migrar internamente ou para países vizinhos, afetando profundamente o percurso educacional das crianças. Justifica-se a pesquisa pela lacuna existente quanto à escuta das vozes infantis haitianas nesse processo e à função da escola como mediadora das marcas do exílio. O objetivo é compreender como essas experiências escolares revelam os impactos do deslocamento na constituição das subjetividades e das memórias coletivas das crianças. A metodologia adotada é qualitativa, baseada em revisão crítica da literatura haitiana e internacional, além de análise documental sobre deslocamento, infância e educação em contextos de crise. O referencial teórico articula Paul Ricoeur (2007), com suas reflexões sobre memória e esquecimento; Georges Didi-Huberman (2012), ao abordar a imagem e a resistência; e autores haitianos como Lyonel Trouillot (2015) e Jean-Claude Martineau (2018), que tratam do exílio como componente central da experiência haitiana. Os resultados apontam que a escola pode funcionar tanto como espaço de apagamento quanto de resistência simbólica, sendo palco de narrativas de silêncio, ruptura e reconstrução de pertencimentos. Conclui-se que a experiência escolar dessas crianças é permeada por marcas do trauma, mas também por estratégias de ressignificação, e que reconhecer essas dinâmicas é essencial para pensar políticas educacionais mais sensíveis às realidades do deslocamento e à escuta das subjetividades infantis.

**Palavras-chave:** deslocamento, subjetividade, memória.

29

---

<sup>1</sup> Graduado em História pela Universidade Estadual do Haiti (UEH). Mestrado em História, Memória e Patrimônio pela Universidade Estadual do Haiti e pela Universidade Laval (UEH-ULaval). Doutorando em Educação na Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). E-mail: [240302100000@uepg.br](mailto:240302100000@uepg.br)

<sup>2</sup> Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Professora no Programa de Pós-Graduação em Educação da UEPG. E-mail: [vlmartiniak@uepg.br](mailto:vlmartiniak@uepg.br).

## BETWEEN MEMORY AND SILENCE: THE SCHOOL EXPERIENCE OF HAITIAN CHILDREN IN CONTEXTS OF DISPLACEMENT

### ABSTRACT

This article investigates the educational trajectories of Haitian children in contexts of forced displacement, focusing on the relationships between memory, silence, and subjectivity. The study begins with the observation that, in the face of recurring social, political, and environmental crises in Haiti, countless families are forced to migrate internally or to neighboring countries, profoundly affecting the educational paths of children. The research is justified by the gap in listening to the voices of Haitian children in this process and in understanding the role of the school as a mediator of the marks left by exile. The aim is to understand how these school experiences reveal the impacts of displacement on the construction of children's subjectivities and collective memories. The methodology is qualitative, based on a critical review of Haitian and international literature, as well as documentary analysis on displacement, childhood, and education in crisis contexts. The theoretical framework draws on Paul Ricoeur (2007) and his reflections on memory and forgetting; Georges Didi-Huberman (2012) in his approach to image and resistance; and Haitian authors such as Lyonel Trouillot (2015) and Jean-Claude Martineau (2018), who address exile as a central component of the Haitian experience. The results indicate that the school can function both as a space of erasure and as a site of symbolic resistance, serving as a stage for narratives of silence, rupture, and the reconstruction of belonging. It is concluded that the school experience of these children is permeated by traces of trauma, but also by strategies of re-signification, and that recognizing these dynamics is essential for designing educational policies more sensitive to the realities of displacement and to the listening of children's subjectivities.

**Keywords:** displacement, subjectivity, memory.

### INTRODUÇÃO

O Haiti é uma nação marcada por uma longa e complexa trajetória de lutas, resistências e deslocamentos. Desde a Revolução de 1791, que culminou na independência da primeira república negra do mundo em 1º de janeiro de 1804, até os episódios recentes de instabilidade política, desastres naturais, crises econômicas e aumento da insegurança em algumas áreas urbanas e rurais, a história haitiana tem sido marcada por rupturas e processos contínuos de reconstrução contextual.

Nesse cenário, o deslocamento forçado de famílias, motivado por fatores diversos — como violência, pobreza ou catástrofes —, afeta diretamente a vivência escolar das crianças, exigindo reflexão crítica sobre os impactos subjetivos, pedagógicos e institucionais desse processo. A migração, seja interna ou transnacional, não representa apenas um movimento geográfico, mas envolve perdas, memórias e resistências. Como observa Ricoeur (2007), a memória é um campo de disputa entre o lembrar e o esquecer, entre o que se narra e o que se silencia.

Compreender a experiência escolar de crianças haitianas deslocadas exige ir além dos dados objetivos e escutar os ecos do trauma, do pertencimento fragmentado e da reconstrução subjetiva. A escola, nesse contexto, é espaço ambíguo: pode reproduzir silenciamentos ou tornar-se território de acolhimento e ressignificação. Pesquisas recentes apontam o papel contraditório da escola em contextos de deslocamento.

Para Dryden-Peterson (2016) e Mendenhall et al. (2017), ela pode oferecer estabilidade e reinvenção da vida cotidiana, mas também pode aprofundar exclusões quando desconsidera as trajetórias migratórias e culturais das crianças. No caso haitiano, esse desafio se intensifica pelas tensões étnicas, linguísticas e sociais enfrentadas por migrantes em países como República Dominicana, Brasil e Estados Unidos (Joseph, 2019; Siméon, 2021).

No plano interno, o deslocamento das zonas rurais para centros urbanos, muitas vezes causado por eventos como o terremoto de 2010 ou a passagem de furacões, destrutura redes comunitárias fundamentais para a infância haitiana (Martineau, 2018). Nessas condições, muitas crianças enfrentam escolas sobrecarregadas, currículos descontextualizados e ausência de políticas públicas que as acolham de forma efetiva. Diante disso, a escuta de suas vivências emerge como imperativo ético e epistemológico.

A literatura sobre infância em deslocamento tem contribuído para uma visão mais ampla da subjetividade infantil como campo de elaboração simbólica e resistência. Para Didi-Huberman (2012), a imagem — compreendida também como metáfora da linguagem e da narrativa — pode ser forma de resistência frente ao apagamento e ao silêncio. Aplicada ao contexto escolar, essa ideia nos convida a compreender que falas, desenhos, gestos e silêncios das crianças deslocadas são modos legítimos de construir sentido e relação com o mundo.

A escola precisa ser pensada não apenas como lugar de ensino, mas como espaço de escuta e cuidado, onde a infância possa se reconstruir diante das perdas. É nesse cruzamento entre deslocamento, memória e escola que se insere esta pesquisa. Nosso interesse está em analisar como as experiências escolares de crianças haitianas deslocadas expressam os efeitos do exílio sobre suas subjetividades e memórias. Longe de uma abordagem abstrata da infância migrante, o que se busca é situar essas crianças em seus contextos específicos, culturais e históricos, valorizando suas formas de resistência, inclusive aquelas marcadas pelo silêncio.

A invisibilização das infâncias haitianas em processos de deslocamento revela uma grave omissão acadêmica e política. Poucos estudos tratam de como essas crianças vivenciam a escolarização em contextos instáveis, e ainda menos abordam como constroem pertencimentos ou significam suas experiências de perda e recomeço. Existe também uma lacuna teórica sobre o papel da memória na educação quando esta se entrelaça ao trauma e ao exílio. Autores haitianos como Lyonel Trouillot (2015) e Jean-Claude Martineau (2018) são fundamentais para superar esse vazio, oferecendo leituras críticas e sensíveis da experiência haitiana de deslocamento como constitutiva da subjetividade nacional.

O referencial teórico desta pesquisa articula a hermenêutica da memória (Ricoeur, 2007), a poética da resistência (Didi-Huberman, 2012) e os testemunhos haitianos contemporâneos. Essa opção é metodológica e ética: não se busca apenas interpretar discursos, mas escutar, com atenção, as vozes — ou os silêncios — das infâncias deslocadas. A metodologia baseia-se em revisão crítica de literatura e análise documental sobre o sistema educacional haitiano e os efeitos do deslocamento infantil. Trata-se de uma abordagem qualitativa, interpretativa, centrada na subjetividade e nas experiências narradas — ou silenciadas.

Ao inserir essa discussão no contexto haitiano, esta pesquisa pretende também contribuir para o debate sobre a reconstrução do sistema educacional do país. Em contextos de múltiplas vulnerabilidades, a escola pode (e deve) ser lugar de reconstrução simbólica. Para isso, é essencial escutar as infâncias deslocadas não como vítimas passivas, mas como sujeitos históricos, culturais e afetivos. Isso implica rever políticas educacionais, práticas pedagógicas e concepções sobre o que é ensinar e aprender em

contextos de crise.

Diante disso, este artigo tem como objetivo analisar como o deslocamento forçado afeta a experiência escolar de crianças haitianas, evidenciando as relações entre memória, silêncio e subjetividade nos contextos educativos. Parte-se da hipótese de que essas experiências são atravessadas por narrativas de silêncio e resistência que moldam as subjetividades e práticas de pertencimento das crianças. Com base em uma abordagem crítica e teórica consistente, o estudo pretende lançar luz sobre uma problemática ainda pouco explorada pelas ciências da educação e pelos estudos haitianos contemporâneos.

## **MÉTODO**

Este estudo adota uma abordagem qualitativa de caráter exploratório e interpretativo, centrada na análise crítica de produções bibliográficas e documentais que abordam a infância haitiana em situação de deslocamento, com foco específico nas experiências escolares. A opção metodológica está ancorada na compreensão de que os sentidos atribuídos às vivências escolares de crianças deslocadas não podem ser capturados por métodos quantitativos, exigindo uma escuta atenta às narrativas, aos silêncios e às construções simbólicas que atravessam essas experiências (Minayo, 2010).

A pesquisa foi realizada por meio de uma revisão de literatura crítica, incluindo livros, artigos científicos, relatórios de organizações internacionais e documentos institucionais produzidos entre 2010 e 2024. O recorte temporal adotado fundamenta-se na relevância do terremoto de 2010, considerado um marco na intensificação dos fluxos de deslocamento, tanto internos quanto externos, no contexto haitiano, assim como na emergência de produções acadêmicas recentes que abordam essa problemática.

A busca e a seleção do material foram realizadas em bases como Scielo, JSTOR, Google Scholar e em repositórios de universidades haitianas e caribenhas. A leitura dos documentos foi conduzida com base nos pressupostos da análise temática de conteúdo, segundo a metodologia proposta por Bardin (2011). Esse procedimento permitiu a identificação de categorias-chave associadas à escolarização em situações de deslocamento forçado, tais como memória, silêncio, subjetividade, exclusão, resistência e acolhimento.

Tais categorias foram estruturadas a partir de núcleos de sentido recorrentes nas

fontes analisadas, sempre em articulação com o contexto haitiano e as vivências migratórias. Para sustentar a interpretação dos dados, a pesquisa se apoia em uma perspectiva hermenêutica crítica, conforme Ricoeur (2007), e em abordagens que valorizam o lugar do imaginário, da imagem e da linguagem como modos de produção de sentido frente ao trauma (Didi-Huberman, 2012).

Assim, a análise não se limita à literalidade dos textos, mas considera os não-ditos, as lacunas e os gestos narrativos que emergem dos relatos sobre a infância haitiana. Os critérios de seleção das fontes priorizaram: (1) pesquisas que tratam diretamente da infância haitiana em situação de deslocamento; (2) estudos sobre educação e migração na América Latina e no Caribe, com enfoque específico no Haiti; (3) documentos oficiais elaborados por organismos como UNICEF, ACNUR, Ministère de l'Éducation Nationale et de la Formation Professionnelle (MENFP-Haïti); e (4) contribuições teóricas de autores haitianos contemporâneos.

Não foram realizados experimentos, entrevistas nem coleta de dados primários com crianças ou instituições, em respeito às exigências éticas e aos limites desta investigação teórica. Trata-se, portanto, de uma análise baseada em dados secundários, o que não reduz seu potencial de gerar contribuições relevantes para os debates sobre inclusão, deslocamento e subjetividade na educação haitiana. Essa escolha metodológica busca garantir rigor, ética e profundidade na análise, permitindo que o leitor compreenda e, se desejar, replique os procedimentos adotados a partir das mesmas fontes e referenciais teóricos.

## **RESULTADOS E DISCUSSÕES**

A análise documental e bibliográfica realizada neste estudo permitiu identificar um conjunto de experiências que configuram o cotidiano escolar de crianças haitianas em situação de deslocamento. Tais experiências são atravessadas por múltiplas formas de vulnerabilidade: social, territorial, linguística e afetiva. As fontes analisadas, principalmente relatórios institucionais, artigos acadêmicos haitianos e estudos decoloniais, evidenciam a presença de mecanismos estruturais de exclusão que se manifestam tanto na materialidade das escolas quanto na invisibilização das memórias e

subjetividades das crianças afetadas.

Uma das categorias analíticas centrais que emergiram do estudo é a disjunção entre memória e pertencimento. Em contextos de deslocamento forçado — provocado por desastres naturais, violência urbana, instabilidade política ou crises econômicas — a escola deixa, muitas vezes, de ser um espaço de continuidade. Ela se transforma inevitavelmente em um lugar estranho, atravessado por rupturas linguísticas e culturais. Como destaca Didi-Huberman (2012), a memória, quando não encontra lugar para se expressar, persiste sob a forma de silêncios.

Muitas crianças haitianas deslocadas chegam às escolas carregando experiências de perda, luto e desorientação, que não encontram eco nas práticas pedagógicas dominantes. Essa ausência de escuta contribui para a sensação de não pertencimento e para o enfraquecimento do vínculo escolar. A literatura revisada também aponta para o silenciamento institucional das histórias de deslocamento. Em escolas tanto no próprio Haiti (nas zonas de acolhida interna) quanto em países receptores (como Brasil, Chile, República Dominicana), os currículos permanecem alheios às experiências migratórias e às marcas do trauma.

Como argumenta Ricoeur (2007), a memória coletiva só se constitui a partir do reconhecimento das vozes múltiplas que compõem uma comunidade. Quando a instituição escolar recusa-se a reconhecer o passado e a trajetória das crianças deslocadas, ela participa ativamente da sua desmemória, contribuindo para sua exclusão simbólica e afetiva. Outro aspecto significativo identificado refere-se aos obstáculos linguísticos e à exclusão cultural vivenciada pelos sujeitos analisados.

Diversos estudos revelam que crianças haitianas em contextos de deslocamento enfrentam dificuldades graves de integração escolar quando a língua falada em casa (geralmente o crioulo haitiano) é desvalorizada ou invisibilizada nas salas de aula. Em contextos francófonos (como no sistema público haitiano), hispanófonos ou lusófonos (como no Brasil), a ausência de políticas de bilinguismo e de reconhecimento da cultura haitiana limita as possibilidades de aprendizagem e autoestima dessas crianças (Jean-Pierre, 2022).

Nos contextos educacionais haitianos, onde predomina o francês em detrimento do crioulo — a língua nativa da maioria da população —, St Victor e Martiniak (2025)



investigaram as possibilidades de fundamentar uma educação que valorize a diversidade e promova a inclusão por meio dos direitos humanos. “[...] a diversidade cultural, étnica e linguística do Haiti exige políticas educacionais que não apenas tolerem, mas valorizem ativamente essas diferenças no espaço escolar” (St Victor, Martiak, 2025, p. 3).

O apagamento da língua materna é também o apagamento da identidade, pois, como afirma Fanon (2008), a língua é um vetor fundamental da constituição do sujeito colonizado. Nas escolas públicas do Haiti, mesmo fora do contexto migratório transnacional, a realidade das crianças deslocadas internamente revela um quadro igualmente preocupante. Estudos do Ministério da Educação Nacional e da Formação Profissional (Haïti, 2019) apontam que, após terremotos, furacões ou conflitos armados locais, muitas escolas não recebem suporte para adaptar suas práticas às necessidades das famílias deslocadas.

A exigência de documentos, uniformes ou taxas de matrícula, embora formalmente ilegais em algumas regiões, opera como barreira de acesso à educação. Essa burocratização do acolhimento escolar reforça desigualdades preexistentes e evidencia a ausência de uma política educacional sensível às realidades de emergência. Segundo a perspectiva de Amartya Sen (2000), o desenvolvimento humano deve ser compreendido como o processo de ampliação das liberdades e das capacidades individuais, sendo a educação um elemento fundamental para a concretização desse processo.

No entanto, as condições analisadas demonstram que o sistema escolar, quando indiferente ao contexto do deslocamento, não apenas falha em promover essas capacidades, como contribui para a sua restrição. Freire (1996) já advertia que uma pedagogia comprometida com a libertação deve partir da escuta do oprimido, valorizando sua linguagem, história e cultura. Quando essas dimensões são ignoradas, a escola torna-se um espaço de opressão, e não de libertação.

Os dados coletados também revelam experiências pontuais de resistência e reconstrução, especialmente em projetos educacionais liderados por ONGs locais, escolas comunitárias e iniciativas com abordagem intercultural. Em alguns casos, práticas pedagógicas inovadoras incluíram o uso do crioulo como língua de instrução, o acolhimento das narrativas infantis como forma de reconstrução simbólica do pertencimento, e o envolvimento da comunidade haitiana no processo educativo (Desir,



2020).

Ainda que essas experiências permaneçam isoladas e carentes de apoio governamental sistemático, elas demonstram o potencial transformador de uma educação enraizada nas realidades dos sujeitos. A continuidade da análise evidencia que os desafios enfrentados pelas crianças haitianas deslocadas não se limitam ao acesso físico à escola, mas envolvem a negação sistemática do reconhecimento cultural, linguístico e afetivo necessário para a permanência e o sucesso escolar.

Esta constatação exige uma abordagem mais ampla sobre o papel da escola em contextos de deslocamento e sobre os marcos conceituais que sustentam as políticas educacionais. Ao se considerar a perspectiva da justiça educacional, torna-se evidente que as políticas em vigor, tanto no Haiti quanto nos países de acolhida, permanecem ancoradas em modelos universalistas e assimilacionistas, que ignoram as especificidades das populações migrantes. Fraser (2008) defende que a justiça deve ser entendida não apenas como redistribuição de recursos, mas como reconhecimento das identidades e necessidades culturais.

Nesse sentido, uma política educacional justa requer o reconhecimento das línguas maternas, das trajetórias migratórias e dos contextos traumáticos vividos pelas crianças haitianas. O apagamento dessas dimensões contribui para a reprodução de desigualdades históricas e reforça os legados coloniais que ainda estruturam os sistemas educacionais da região. Outro ponto relevante é a falta de formação docente específica para lidar com contextos de deslocamento e diversidade cultural.

A pesquisa identificou que muitos professores não estão preparados para acolher crianças que chegam com histórico escolar interrompido, dificuldades linguísticas ou sofrimento psíquico. Como afirmam Candau e Moreira (2020), a interculturalidade crítica deve fazer parte da formação inicial e continuada dos educadores, de modo que a escola possa se tornar um espaço de mediação entre saberes e vivências distintas, e não um lugar de homogeneização forçada. A ausência dessa formação leva à desumanização dos sujeitos escolares, especialmente os mais vulneráveis.

Do ponto de vista psicossocial, estudos como os de Rutter (2006) e Garnezy (1991) mostram que o vínculo escolar pode ser um fator de proteção emocional para crianças em situação de crise, desde que mediado por relações empáticas, estáveis e

significativas. No entanto, os dados revelam que a rotatividade de professores, a precarização das condições de ensino e a escassez de recursos pedagógicos impedem que esse vínculo se estabeleça de forma consistente. Isso é particularmente grave no Haiti, onde os efeitos de desastres naturais e instabilidade política agravam o funcionamento das escolas, dificultando a criação de um ambiente minimamente estável e seguro.

É importante destacar que, mesmo diante desse cenário adverso, muitas crianças e famílias haitianas demonstram resiliência ativa, insistindo no valor da educação como meio de reconstrução da vida. Essa resiliência, porém, não pode ser romantizada nem servir de justificativa para a omissão do Estado ou de organismos internacionais. Como alerta Quijano (2005), a colonialidade do poder se manifesta não apenas na dominação direta, mas também na naturalização das ausências — isto é, na aceitação das condições precárias como parte do destino dos povos subalternizados.

Assim, a discussão dos dados permite concluir que o desafio não está apenas em garantir o acesso à escola, mas em transformar a escola em um espaço de reconhecimento, escuta e reconstrução de subjetividade. A presença de crianças haitianas em contextos de deslocamento demanda práticas pedagógicas que se articulem com os marcos dos direitos humanos, da justiça social e da memória coletiva. É necessário, como propõe Dussel (2019), descolonizar o espaço escolar, deslocando seus eixos de autoridade e saber para acolher as vozes historicamente silenciadas.

Por fim, cabe destacar que a escola pode — e deve — ser um lugar de produção de memória e resistência. As narrativas infantis, quando escutadas e valorizadas, tornam-se potentes ferramentas de reconstrução simbólica. Inserir a escuta sensível como prática pedagógica regular não apenas humaniza o processo educativo, mas também contribui para a elaboração de vivências traumáticas e para a formação de vínculos que transcendam o espaço escolar. Como afirmam Dayan-Herzbrun e Charles (2021), não há inclusão real sem o reconhecimento das feridas históricas e sem a valorização da dignidade daqueles que foram forçados a partir.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O estudo analisa a experiência escolar de crianças haitianas em contextos de deslocamento. Os dados indicam que o acesso à escola ocorre de forma desigual e

fragmentada. A exclusão educacional está associada a fatores históricos, sociais e linguísticos. As políticas públicas não contemplam as especificidades das infâncias deslocadas. A escola revela limitações na valorização das memórias, identidades e trajetórias dessas crianças, o que é agravado pela carência de uma formação docente específica e sensível às suas realidades.

A instabilidade institucional e a precarização das escolas afetam negativamente os vínculos escolares. A escuta das crianças ainda é limitada e pouco valorizada. O conceito de resiliência, embora presente, não substitui a responsabilidade do Estado. A colonialidade persiste na organização dos sistemas escolares. As práticas pedagógicas carecem de base intercultural e ética. A literatura sustenta a urgência de políticas inclusivas e contextualizadas. A justiça educacional depende do reconhecimento e da redistribuição.

A instituição escolar possui o potencial de se constituir como um ambiente propício à ressignificação subjetiva e à reconstrução dos vínculos comunitários. A valorização da memória e da escuta transforma a experiência educativa. O estudo contribui para o debate sobre inclusão, deslocamento e descolonização da educação. Os resultados apontam caminhos para ações pedagógicas e políticas comprometidas com os direitos das crianças haitianas.

## REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2011.

CANDAU, V. M.; MOREIRA, A. F. Educação intercultural: entre a colonialidade e a emancipação. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 1, p. 1–19, 2020.

DAYAN-HERZBRUN, S.; CHARLES, J. E. **Haïti: décolonisation, migrations et résistances**. Paris: L'Harmattan, 2021.

DESIR, M. L'école communautaire haïtienne et la résilience éducative: une réponse locale aux crises. Port-au-Prince: **Revue Éducation et Société**, v. 4, n. 2, p. 23–38, 2020.

DIDI-HUBERMAN, G. **O que vemos, o que nos olha**. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2012.

DRYDEN-PETERSON, S. Refugee education: the crossroads of globalization.

**Educational Researcher**, v. 45, n. 9, p. 473–482, 2016.

DUSSEL, E. **Ética da libertação na idade da globalização e da exclusão**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2019.

FANON, F. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.

FRASER, N. **Adding insult to injury: Nancy Fraser debates her critics**. Londres: Verso, 2008.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 65. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2021.

GARMEZY, N. Resilience and vulnerability to adverse developmental outcomes associated with poverty. **American Behavioral Scientist**, v. 34, n. 4, p. 416–430, 1991.

JEAN-PIERRE, F. Crioulo e resistência: língua e exclusão nas escolas haitianas. **Caderno de Educação e Linguagem**, Porto Príncipe, v. 5, n. 1, p. 49–65, 2022.

JOSEPH, C. **Discrimination, migration and Haitian children in the Dominican Republic**. Santo Domingo: Caribbean Studies Institute, 2019.

MARTINEAU, J. C. **Enfance déplacée: poétique e pédagogie de l'exil**. Port-au-Prince: Presses de l'Université d'État d'Haïti, 2018.

MENDENHALL, M.; GOMEZ, S.; VARNI, E. Teaching amidst conflict and displacement: persistent challenges and promising practices for refugee, internally displaced and national teachers. **NORRAG Special Issue**, n. 2, p. 52–57, 2017.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 13. ed. São Paulo: Hucitec, 2010.

HAITI. MINISTÈRE DE L'ÉDUCATION NATIONALE ET DE LA FORMATION PROFESSIONNELLE (MENFP). Plan Opérationnel de l'Éducation 2018–2022. Port-au-Prince: MENFP, 2019.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO. p. 117–142, 2005

RICOEUR, P. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: UNICAMP, 2007.

RUTTER, M. Implications of resilience concepts for scientific understanding. **Annals of the New York Academy of Sciences**, v. 1094, p. 1–12, 2006.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SIMÉON, R. **Haitian migrant children and school exclusion in Chile**. Santiago: Fundación Educación y Derechos, 2021.

ST VICTOR, M.; MARTINIAK, V. L. Direitos humanos e educação no Haiti: por uma escola que acolhe todas as diferenças. **Anais do I Congresso Internacional de Educação Inclusiva (I CONEI)**, v. 1, p. 1-6, 2025

TROUILLOT, L. **Parabole du failli: sur les chemins d'Haïti**. Paris: Actes Sud, 2015.